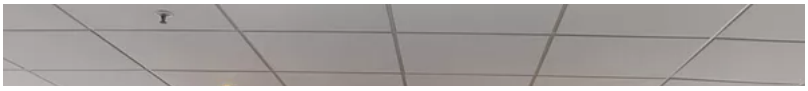
NOTÍCIAS

Seminário Soluções para a Gestão de Planos de Previdência Complementar frente ao Atual Cenário – 9h às 18h
Renderá 7 (sete) créditos aos profissionais certificados. Convênio ICSS e ANCEP.
Em credenciamento junto ao CFC/CRC-RJ. Pontuação válida em todo território nacional.
❑Rio de Janeiro (RJ) – 06.DEZ.2019 – CAPEMISA Seguradora
- PROGRAMA -
Abertura – ANCEP e PREVIC
Diagnóstico da Previdência Complementar no Brasil – Pós Reforma do RGPS -
José Edson da Cunha Junior
Cenário Macro Econômico e as Tendências dos Investimentos dos Fundos de Pensão
André Meireles
André Laport Ribeiro
Desafios na gestão dos planos de Previdência Complementar
Paulo Gouvêa da Gama
Otimização da gestão previdenciária e minimização de riscos
Daniel Pereira da Silva
INVESTIMENTO - CNPJ 29.410.826/0001-00
R$700,00 (Associados Ancep) R$850,00 (Não Associados)
Cancelamentos em até 48h anteriores à data do treinamento.
Coordenação: Roque Muniz de Andrade – Presidente
Inscrições em www.ancep.org.br
Contatos: treinamento@ancep.org.br – (21) 2253-0464 ou 3520-0464
REALIZAÇÃO
ANCEP
APOIO
JCM
WAY INVESTIMENTOS
vinland CAPITAL
WEDAN
SUPORTE CONSULTORIA E TREINAMENTO
ABRAPP
ICSS



Ancep promove mega evento amanhã no Rio

5/12/19

Difícil reunir um tal número de especialistas em uma temática fortemente presente nos dias de hoje, mas é o que a ANCEP está conseguindo e que explica o interesse que vai despertando o seminário **Soluções para a Gestão de Planos de Previdência Complementar Frente ao Atual Cenário,** o super evento agendado para acontecer amanhã, dia 6 , no Rio de Janeiro**.** O debate em torno da reforma da Previdência recém promulgada ainda não esfriou, até porque a PEC Paralela originada no Senado apenas agora inicia a sua tramitação na Câmara e com isso estende a discussão, e os técnicos convidados estarão assim analisando um tema que permanece quente em nossas agendas.

Essa atualidade do tema e um primeiro time de expositores deixam claro porque o número de inscrições no seminário já atinge 60 pessoas.

É um time de craques: José Edson da Cunha Junior - Graduado e pós-graduado em Ciências Contábeis, MBA presencial em Gestão Financeira e Atuarial pela USP. No governo, atuou como Diretor do órgão de supervisão das EFPCs, como Secretário de Políticas de Previdência Complementar, Presidente da CRPC e Membro do CNPC. André Meireles Figueiredo é Administrador diplomado pela FGV e certificado como especialista em investimentos pela ANBIMA e ICSS. Por sua vez, André Laport Ribeiro é formado em Administração, possui MBA pela Brown University e diploma em liderança pela Harvard Business School. Já Paulo Josef Gouvêa Gama é Atuário, certificado pelo IBA como Atuário Responsável Técnico (MIBA 978), professor voluntário do curso de Ciências Atuariais da UFMG. Palestrante de cursos e seminários junto à ABRAPP e a ANCEP. De sua parte, Daniel Pereira da Silva também éAtuário, certificado pelo IBA como Atuário Responsável Técnico no segmento Previdência Complementar Fechadas (MIBA 1146), pós-graduado em Gestão de Seguros e Previdência Privada e MBA em Gestão de Negócios.

Maiores informações podem ser acessadas e inscrições feitas em www.ancep.org.br

Seguem os 4 painéis e os respectivos expositores: Módulo I – **Diagnóstico da Previdência Complementar no Brasil – Pós Reforma do RGPS** (1:30 hs). Palestrante: José Edson Cunha – JCM Consultores, Módulo II – **Cenário Macro Econômico e as Tendências dos Investimentos dos Fundos de Pensão** (1:15 hs). Palestrantes: André Meireles (Sócio da Way Investimentos) e André Laport (Vinland Capital), Módulo III – **Desafios na Gestão dos Planos de Previdência Complementar** (1:45hs) Palestrante: Paulo Gama – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial e Módulo IV – **Otimização da gestão previdenciária e minimização de riscos** – (1:45 hs) Palestrante: Daniel Pereira – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial.

CNPC aprova normas

Reunido ontem, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), aprovou duas novas normas sobre informações aos participantes de planos de benefícios e outra sobre certificação e habilitação de dirigentes das entidades fechadas. O Presidente Roque Muniz elogiou a construção das normas mediante diálogo.

Uma das principais deliberações da reunião foi a aprovação da nova resolução de transparência, que traz novas regras para o acesso de informações pelos participantes, relata o **Acontece**. Foram ainda aprovadas novas regras para a certificação e habilitação de dirigentes. Neste item, a principal mudança foi a inserção da exigência da reputação ilibada para os novos dirigentes das entidades fechadas.

A resolução atinge todos os pontos de informações de planos de benefícios, como cotas dos planos, extratos, simulador de benefícios e dados sobre evolução dos investimentos

Fundos de pensão: número de participantes pode dobrar em 5 anos, prevê Abrapp

Os fundos de pensão podem ver o número de participantes dobrar em cinco anos após a reforma, prevê a Abrapp, noticia o Valor Econômico. O presidente da entidade, Luis Ricardo Martins, espera que os atuais 2,7 milhões de participantes do sistema fechado saltem para mais de 5 milhões no período.

Segundo Martins, o patrimônio líquido dos fundos de pensão deve alcançar a marca psicológica de R$ 1 trilhão já em março de 2020. A indústria de previdência complementar deve acelerar o ritmo de crescimento, conforme as “fichas [da população] caírem” em relação à necessidade de poupança.

O presidente da Abrapp reforça que “as pessoas vão trabalhar mais, contribuir mais e vão ter um benefício menor”. Na visão do dirigente, com a mudança das regras de seguridade social e diante da redução estrutural das taxas de juros para a casa de um dígito, a previdência complementar se torna imperativa.

Para Luís Ricardo, “o sistema fechado é o único veículo [de previdência complementar] de longo prazo no país”, em referência ao fato de os planos privados abertos - VGBL e PGBL - terem carteiras concentradas em renda fixa curta. De fato, mais da metade (ou R$ 465 bilhões) dos R$ 909,5 bilhões de patrimônio líquido do sistema concorrente dos fundos de pensão, a previdência aberta, estão depositados em portfólios classificados pela Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) como renda fixa, nas subcategorias indexados, duração baixa e duração média.

Luís Ricardo identifica também identifica uma mudança na estratégia de investimentos pelas fundações. Segundo o presidente da associação, há um aumento da alocação em renda variável, no crédito privado e até mesmo em classes alternativas como private equity e fundos de investimento em participações (FIP)

“A forma como os recursos serão devolvidos aos participantes deverá se adaptar à nova realidade, que inclui maior tempo de pagamento e maior valor a ser poupado”, mostra a Willis Tower Watson. Não vai ser com 10% de contribuição [sobre o salário] que a pessoa vai chegar à poupança necessária para manter o mesmo nível de benefícios da época de juros altos. Será preciso chegar pelo menos aos 18%.

Fundos de pensão 2: custos para as patrocinadoras poderão dobrar

As empresas patrocinadoras de fundos de pensão poderão ter uma ampliação de gastos de até 100% com os funcionários, quando comparado com o regime anterior. Além disso, a nova realidade de taxas baixas vai exigir que os beneficiários até dobrem os esforços de acumulação para conseguir manter a mesma renda complementar comparada à época de juro real de 5% ao ano. As conclusões fazem parte de um conjunto de simulações feitas com exclusividade para o Valor Econômico pela Luz Soluções Financeiras.

Conforme a simulação, em um cenário de migração de regimes de uma profissional mulher hoje com 49 anos e salário mensal de R$ 15 mil, participante de um plano de contribuição variável (CV), os aportes da patrocinadora mais que dobram. De acordo com a projeção, pelo sistema anterior, se a beneficiária se aposentasse aos 53 anos, o gasto da patrocinadora nesses quatro anos seria de R$ 58,5 mil. No cenário atual, se a funcionária se retirar aos 57, os custos para a empresa relacionados ao plano subiriam mais de 100%, para R$ 119,3 mil.

Um trabalhador jovem, de 25 anos, com salário de R$ 5 mil, custaria à patrocinadora do plano CV, durante 30 anos de aportes, um total de R$ 135,6 mil, segundo os cálculos da Luz. Na nova Previdência, o tempo de contribuição aumentaria em 10 anos. Nesse caso, o desembolso da empresa no plano ao longo de três décadas e meia alcançaria R$ 200 mil, uma alta de 47,5%.

No cenário atual de taxas na mínima histórica, mesmo com tempo maior de contribuição o trabalhador terá de aumentar significativamente o valor de sua contribuição. Se o funcionário deixar o mercado de trabalho aos 65 anos, com um juro de 1% ao ano, ainda que tenha feito 10 anos de aportes a mais, precisaria acumular reserva 22% acima do que uma pessoa que saiu do mercado aos 55 anos com juro real de 5% - situação que vigorou até meados de 2017.

Conforme os cálculos da consultoria, em conversão baseada na tábua atuarial AT2000, o aposentado de 65 anos que requereu o benefício com juro de 1% precisa de R$ 1,4 milhão para ter uma renda vitalícia mensal de R$ 5,8 mil paga pelo fundo de pensão. Já o empregado que se retirou aos 55 anos, com juro de 5%, precisaria de R$ 1,091 milhão.

Os números da simulação mostram ainda que para se aposentar aos 55 anos, em um cenário de 1% de juro real, o trabalhador vai precisar de 66% a mais de recursos para manter a renda vitalícia complementar de R$ 5,8 mil frente ao necessário na mesma idade com juro quatro pontos percentuais acima. As reservas teriam de subir de R$ 1,1 milhão para R$ 1,8 milhão.

Quanto menor a idade de aposentadoria maior o volume financeiro necessário para manter o nível de renda vitalícia. Como efeito de comparação a Luz simulou o quanto de recursos seria necessário a uma pessoa para se aposentar aos 25 anos. Com juro real de 5%, a reserva teria de alcançar R$ 1,4 milhão. Mas no cenário atual de taxas na mínima histórica, o valor subiria para R$ 3,2 milhões, ou seja, 126% superior ao necessário em um ambiente de juros elevados, para assegurar um rendimento de R$ 5,8 mil mensais até o fim da vida.

Patrícia Queiroz assume a área de Investimentos da Real Grandeza

Patrícia Queiroz assume a Diretoria de Investimentos da Real Grandeza, onde trabalha desde 2001, noticiam o Portal da Entidade e o site da revista Investidor Institucional.

Graduada em economia e habilitada pela Previc, a nova diretora de Investimentos tem especialização em Análise de Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Gestão Estratégica de Investimentos pela London Business School